

Febraban prevê modificações

São Paulo — Os banqueiros não têm mais nenhuma dúvida de que serão chamados a conversar com o próximo Governo sobre a questão da dívida interna, que atinge quase NCz\$ 150 bilhões, financiados diariamente **noovernight** a taxas de juros reais elevadas. No início dessa semana, três grandes banqueiros se reuniram e admitiram a possibilidade de ter que enfrentar uma mudança brusca na administração da dívida pública no próximo ano. “Chegamos à conclusão que não podemos fazer muita coisa. Não temos como reduzir a compra de títulos públicos porque não podemos dizer a nossos clientes que estamos sem papel para fazer sua aplicação de “**over**”, diz um grande banqueiro.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Leo Cochrane Junior, engrossa a fila dos que acreditam que os banqueiros serão chamados a dar sua contribuição à política econômica do próximo governo. Mas afirma que não serão os bancos que perderão, mas sim os aplicadores que estão com seu dinheiro lastreado em títulos do Governo. “O que os bancos ganham, na verdade, é o diferencial entre o que recebem do Governo e o que pagam aos clientes. Por isso, se houver redução na taxa nominal — um confisco — quem perderá é quem aplica”, explica ele.

Perdas

Leo Cochrane diz que caso esse confisco de parte do rendimento seja efetivado, o que os bancos realmente perderão será parte da rentabilidade garantida pelo **floating**

(aplicação dos recursos não reunidos que ficam com os bancos), mas ele diz que essa parcela é cada vez menor. “Ganhamos, por exemplo, com a aplicação do fundo de garantia, mas essa situação não tem como ser mantida mesmo”, acredita ele.

O presidente da Febraban informa que esse assunto é uma constante entre os banqueiros, que estão com medo do que possa acontecer. Mas ele não tem dúvida de que todos os segmentos da sociedade terão que dar sua contribuição ao próximo Governo, a fim de combater a inflação e melhorar os gastos do Governo.

Ele vai além da idéia do calote e acha que muitas medidas poderão ser tomadas na administração da dívida no próximo ano. “Mas é preciso que haja credibilidade ou então nada se resolve”, alerta ele.

Leo Cochrane classifica a atuação dos bancos nos últimos anos como uma atividade distorcida, que perdeu a capacidade de financiar a produção e tem como única função o financiamento da dívida do Governo, exigindo para isso taxas cada vez mais elevadas. “Preferimos uma inflação menor e uma atividade bancária mais aquecida. No mundo inteiro, os bancos têm um papel muito mais ativo do que nós. No Brasil, os bancos não chegam a emprestar duas vezes o valor de seu patrimônio. Em países desenvolvidos, essa atividade chega a representar 15 vezes o patrimônio da instituição”, informou.